

É evidente que, com a recusa do presidente, PC Farias, pôde prosperar muito mais rapidamente do que poderia se tivesse a concorrência de Pedro Mello prestando o mesmo tipo de serviços que ele foi proibido de prestar:

A raiva do irmão caçula aumentou na razão direta do aumento do poder econômico de PC Farias e explodiu mais recentemente quando esse poder econômico — e político — se dispôs a concorrer diretamente com o poder econômico e político da Organização Arnon de Mello, que ele dirigia.

Pedro Mello, ao propor ao irmão a instalação da sua empresa de intermediação, de tráfico de influência, em Brasília, não agiu dolosamente. Se tivesse agido, não teria entregue, espontaneamente, ao *Jornal da Tarde*, a carta em que conta a história.

Esse é o aspecto mais dramático da cultura política brasileira: aqui são exceções os políticos que possuem um mínimo de sensibilidade ética, e o tráfico de influência, a advocacia administrativa, a cobrança de comissões para liberação de verbas e a contratação de obras públicas são práticas que amplos setores da sociedade aceitam como normais.

Tanto isso é verdade que o próprio Presidente Collor, que agiu com correção absoluta ao não permitir que seu irmão se entregasse a elas, demorou algum tempo para entender que também seus amigos deviam ser tratados com o mesmo rigor ético.

Demorou, mas entendeu. E seu governo é o primeiro, desde a instalação da segunda República em 1930, que há algum tempo adotou como norma reagir imediatamente a qualquer denúncia de irregularidades na administração pública, afastando os denunciados.

É isso que o Congresso deve ter em mente se resolver partir para uma investigação das denúncias até agora pouco precisas e pouco consistentes do Sr. Pedro Mello.

Isso, e o fato de que, neste momento em que nunca foram tão nítidos os sinais de que estamos perto de uma virada da maré no plano da luta contra inflação e da reativação da economia nacional, o bem mais precioso para a nacionalidade é a pacificação política.

Não podemos permitir que, mais uma vez, o destino tire o controle dos rumos políticos do País das mãos que a maioria dos brasileiros escolheu para dirigi-los."

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o momento é por demais oportuno para que os representantes da Nação brasileira no Congresso Nacional emprestem sua voz para que possamos, mais uma vez, superar a crise pela qual passa o País.

Sr. Presidente, nobres colegas, o Brasil com sua potencialidade, com os homens públicos de que dispõe, com o Congresso Nacional em pleno funcionamento e pela sua faceta de pluralismo político, vive na plenitude democrática. Entendemos que a democracia que nós todos lutamos para construir, deve ter, neste momento, de nossa parte, o apoio, o respaldo, a palavra para que se possa ultrapassar a crise com a qual convivemos. Esse apoio significa dizer ao Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, que sua base parlamentar no Congresso Nacional acredita na sua palavra, acredita nas suas ações políticas, acredita no seu comportamento como homem público e como cidadão, enfim, que ele está à altura dos anseios nacionais.

Entendo, Sr. Presidente, que este é o momento oportuno para que o País possa, mais uma vez, identificar os seus valores, bem como aqueles que, nesta fase difícil, estão ao lado da Constituição, ao lado da lei, ao lado das instituições, ao lado da democracia. Nós estamos ao lado da democracia, estamos ao lado da lei, estamos ao lado do Presidente, para que juntos possamos trilhar os caminhos que certamente levarão o Brasil, num futuro próximo, a participar da mesa das grandes democracias mundiais.

Sr. Presidente, uma publicação desta semana anunciava que a nossa dívida externa, descontadas e deduzidas as reservas do País, alcança hoje 83 bilhões de dólares. Veja V. Ex^a que a nossa posição no quadro externo é hoje muito melhor do que há 2, 3, 4 ou 10 anos. Portanto, isso bem demonstra a capacidade de o País, num curto espaço de tempo resolver essa questão. E, se somos capazes de resolver os problemas externos, mais facilmente, pela união de todos os brasileiros, pela vontade do seu povo e pela expressão dos seus homens públicos, também resolveremos os problemas internos do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. EDSON SILVA (PDT — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, a família Collor está enfrentando momentos difíceis, de grande dor e sofrimento. Entretanto, haveremos de indagar: e quanto ao sofrimento da família brasileira? E o sofrimento do povo brasileiro — principalmente dos trabalhadores — que também está vivendo uma grande decepção?

O povo está atarrecido, Sr. Presidente, diante dessas denúncias assustadoras, diante desse mar de lama que coloca em dificuldades o Presidente da República.

Pelo que temos sentido, por onde andamos, ouvindo o povo, entendemos que o desejo nacional é de que o Presidente jogue limpo, fale a verdade e entregue o cargo, a fim de que se possa escolher um novo Presidente para realmente governar este País, recolocando-o nos caminhos do desenvolvimento e da igualdade social.

Sr. Presidente, o nosso partido, em nome do povo brasileiro, já hipotecou total apoio à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar os fatos. Não podemos calar, não podemos cruzar os braços diante das denúncias que envolvem o Presidente da República. Temos obrigação — mais do que obrigação, o dever — de dar uma resposta à sociedade brasileira sobre a realidade dos fatos que estão sendo denunciados. O sofrimento maior é do povo, que está passando necessidade, fome e hoje vive o momento mais difícil da vida brasileira.

O SR. PAULO OCTÁVIO (Bloco — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a tradição brasileira é a de que ninguém deve envolver-se em questões familiares. Essa norma de ouro aplica-se às desavenças entre marido e mulher e também às eternas brigas de pais com filhos. Nos últimos dias, ao contrário dos costumes nacionais, a política no País está inteiramente centrada no violento conflito que explodiu na família Collor de Mello, opondo Pedro a seu irmão Fernando, que vem a ser o Presidente da República.

A questão é familiar, mas suas conseqüências são políticas. A História registra, desde os primórdios, questões familiares que se transformaram em sérios problemas para um país, para uma idéia, para uma religião ou para um governo. Caim matou Abel. De Abel restou somente o registro de ter sido